



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto deste Termo de Referência é a **aquisição de equipamentos de segurança institucional e de proteção para brigadistas**, visando ao fortalecimento da Polícia Judicial e das ações de prevenção e resposta a emergências do TRE-MA, conforme condições, quantidades e especificações abaixo.

1.2. A natureza da contratação é o **fornecimento de bens comuns**.

1.3. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade **Pregão, em sua forma eletrônica**, com entrega integral/imediata dos bens, **sendo adotado o Sistema de Registro de Preços**.

1.4. **Especificações Técnicas Detalhadas:**

Item 1: Dispositivo Elétrico Incapacitante (DEI)

Equipamento de emissão de ondas de rádio (tecnologia de eletrochoque) para neutralização temporária;
Mecanismo de disparo via dardos expansíveis e função de contato direto;
Sistema de registro de dados (data port) para auditoria de uso;
Incluso: carregador, bateria recarregável e conjunto de cartuchos.

Item 2: Cadeira de Resgate

Strutura em alumínio de alta resistência, dobrável e de fácil transporte;
Sistema de correias/cintos de segurança para imobilização do paciente;
Capacidade mínima de carga: 150 kg;
Rodízios com travas de segurança e manípulos emborrachados.

Item 3: Colete de Brigadista

Material: Brim 100% algodão ou tecido sintético retardante de chamas;
Cor: Vermelho ou Laranja (alta visibilidade), com faixas retrorrefletivas;
Identificação: Inscrição "BRIGADA DE INCÊNDIO" nas costas e peito;
Fechadura lateral por velcro ou fivelas.

Item 4: Capacete de Brigadista

Material: Polietileno de alta densidade ou material equivalente resistente a impactos e calor;
Suspensão interna ajustável com carneira e jugular em tecido/couro;
Protetor de nuca e aba frontal;
Cor: Vermelho.

Item 5: Raquete Detectora de Metais

Modelo: Portátil, alta sensibilidade;
Alerta: Sonoro, visual (LED) e vibração;
Alimentação: Bateria 9V ou recarregável;
Modo de sensibilidade automático ou manual.

Item 6: Fechadura Digital Biométrica

Modelo: de embutir ou sobrepor;
Múltiplos métodos de acesso: Biometria (mínimo 50 digitais), Senha Numérica e Chave de Emergência;
Alimentação: Pilhas alcalinas com aviso de bateria fraca e entrada para alimentação externa de emergência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de dotar o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão de meios materiais adequados para a preservação da ordem, da integridade física e da segurança institucional de magistrados, servidores, colaboradores e do público em geral, especialmente em contextos de maior sensibilidade, como o período eleitoral e a realização de eventos institucionais de grande circulação.

2.2. O ambiente da Justiça Eleitoral apresenta características próprias de risco, decorrentes da elevada exposição pública e da possibilidade de situações críticas que demandam resposta imediata e proporcional. A aquisição de Dispositivos Elétricos Incapacitantes (DEI) fortalece a atuação da Polícia Judicial ao disponibilizar instrumentos de menor potencial ofensivo, priorizando a preservação da vida e a mitigação de danos.

2.3. Complementarmente, a atualização e ampliação dos equipamentos da Brigada de Incêndio (coletes, capacetes e cadeiras de resgate) e dos recursos de controle de acesso (raquetes detectoras e fechaduras biométricas) são essenciais para garantir a conformidade com as normas de segurança do trabalho e prevenção de sinistros, assegurando um ambiente institucional resiliente.

2.4. A contratação está em estrita consonância com o **Planejamento Estratégico do TRE-MA 2021-2026**, alinhada ao Objetivo Estratégico de "Fortalecer a Governança Institucional", e encontra-se devidamente prevista no **Plano de Contratações**

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução consiste na entrega pontual de equipamentos de segurança (DEI, Raquetes e Fechaduras) e proteção individual (Coletes e Capacetes), incluindo garantia técnica mínima de 12 meses para os itens permanentes.

3.2. A solução abrange não apenas o fornecimento físico dos bens, mas também a observância dos requisitos de qualidade e rendimento que garantam a operabilidade em situações críticas, considerando o seguinte ciclo:

- **Aquisição e Entrega:** Fornecimento parcelado de acordo com a necessidade do Tribunal, garantindo que os equipamentos estejam disponíveis para os períodos de maior demanda (ex: Eleições 2026).
- **Garantia e Manutenção:** Suporte técnico contra defeitos de fabricação e vícios de qualidade por período mínimo de 12 meses.
- **Descarte e Sustentabilidade:** Previsão de logística reversa para itens eletrônicos e orientações para descarte adequado de materiais de proteção (coletes/capacetes) ao fim de sua vida útil, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

3.3. Detalhamento da Integração:

- Os **Dispositivos Elétricos Incapacitantes (DEI)** e as **Raquetes Detectoras** integram a frente de resposta e prevenção a ameaças físicas diretas.
- Os **Coletes, Capacetes e Cadeiras de Resgate** compõem o kit de emergência da Brigada de Incêndio, essencial para o abandono seguro de edificações e primeiros socorros.
- As **Fechaduras Biométricas** automatizam e auditam o controle de acesso a áreas restritas e depósitos, eliminando a fragilidade do uso de chaves físicas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. **Critérios de Sustentabilidade:** Em observância às Portarias TRE-MA nº 271/2022 e nº 1306/2023, a contratada deverá:

- Fornecer produtos cujas embalagens sejam, preferencialmente, recicláveis ou reutilizáveis, com o menor volume possível;
- No caso dos **Dispositivos Elétricos Incapacitantes (DEI)** e **Raquetes Detectoras**, garantir que os equipamentos atendam aos índices de eficiência energética e segurança eletromagnética;
- Os equipamentos eletrônicos (Itens 1, 5 e 6) devem observar a **Logística Reversa**, devendo a contratada responsabilizar-se pela destinação final ambientalmente adequada de baterias e componentes eletrônicos substituídos ou inservíveis.

4.2. Indicação de Marca/Referência:

- Conforme o ETP, não há indicação de marca exclusiva. Eventuais menções em descritivos técnicos servem apenas como parâmetro de qualidade, sendo aceitos produtos **equivalentes ou de melhor qualidade**, desde que comprovada a compatibilidade técnica.

4.3. Exigência de Amostra e Prova de Conceito (PoC):

- **Não será exigida amostra** para os itens de proteção (coletes, capacetes) e mobiliário (cadeiras de resgate).
- Para o **Item 1 (DEI)**, a Administração poderá exigir, na fase de aceitação da proposta, a apresentação de catálogo técnico detalhado e certificados de homologação nacional/internacional que comprovem os requisitos de segurança e auditoria de dados.

4.4. Garantia Técnica:

- Todos os bens permanentes (Itens 1, 2, 5 e 6) deverão possuir **garantia mínima de 12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo.

4.5. Subcontratação:

- **Não será admitida a subcontratação** do objeto, considerando que se trata de fornecimento de bens e a necessidade de controle direto sobre a procedência e qualidade dos equipamentos de segurança.

4.6. Garantia da Execução:

- Não será exigida prestação de garantia para a contratação (caução), nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

4.7 Prazo de Vigência Contratual:

- O prazo de vigência contratual será de 01 (um) ano.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. **Local de Entrega:** Os equipamentos deverão ser entregues na Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, situada na Avenida Senador Vitorino Freire, nº 601, Madre Deus, São Luís/MA, CEP 65025-902, ou em outro endereço na capital indicado no ato da contratação.

· **Horário:** De segunda a quinta-feira, das 13h às 18h; e às sextas-feiras, das 8h às 13h.

5.2. **Prazo de Entrega:** O prazo máximo para a entrega de cada lote solicitado será de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente pela contratada.

5.3. **Condições de Recebimento:** 5.3.1. Os bens deverão ser entregues em suas embalagens originais, acompanhados de manuais de instrução em português e todos os acessórios necessários ao seu funcionamento imediato. 5.3.2. No ato da entrega, a contratada deverá apresentar as Notas Fiscais correspondentes, discriminando marca e modelo dos itens.

5.4. **Regras de Garantia e Assistência Técnica:** 5.4.1. Sendo constatado vício de qualidade ou desconformidade com as especificações deste TR, a contratada deverá substituir o produto no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, sem ônus para o Tribunal. 5.4.2. Durante o período de garantia (mínimo de 12 meses), a assistência técnica deverá ser prestada de forma a garantir a operacionalidade dos equipamentos, com reposição de peças ou substituição integral do bem em caso de defeitos de fabricação.

5.5. **Configuração e Instalação (Específico Item 6):** 5.5.1. Para as **Fechaduras Digitais Biométricas**, a contratada deverá fornecer suporte técnico remoto ou presencial para orientação quanto à configuração inicial e cadastro de biometrias, caso solicitado pela unidade técnica do Tribunal.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designados, conforme o disposto nos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A fiscalização será exercida por:

Fiscal Técnico: Arthur Milhomens Gualberto Matrícula: 30990899, a quem competirá o acompanhamento da conformidade técnica dos equipamentos, verificação de manuais, certificados e termos de garantia.

· **Fiscal Administrativo:** Marcelo Henrique de Amorim Mendonça 30990361, a quem competirá o controle dos prazos de entrega, documentação fiscal e regularidade da contratada.

· **Gestor do Contrato:** Marcelo Henrique de Amorim Mendonça 30990361, responsável pela coordenação das atividades de fiscalização e pelos atos preparatórios à instrução processual para pagamentos e eventuais penalidades.

6.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das falhas ou defeitos observados.

6.4. As comunicações entre o Tribunal e a Contratada serão realizadas formalmente via e-mail institucional ou sistema eletrônico de informações (SEI), devendo a contratada manter seus canais de contato atualizados.

6.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vício de fabricação.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. **Recebimento do Objeto:** 7.1.1. **Provisoriamente:** Ocorrerá no ato da entrega, para posterior verificação de conformidade. O servidor responsável assinará o canhoto da Nota Fiscal, o que atesta apenas a data da entrega para fins de controle de prazos. 7.1.2. **Definitivamente:** Ocorrerá em até **10 (dez) dias úteis** após o recebimento provisório, mediante a verificação da qualidade, quantidade e conformidade técnica dos equipamentos com as especificações deste TR.

7.2. **Instrumento de Medição:** 7.2.1. A medição será realizada por **unidade de item entregue**, conforme as quantidades solicitadas na Nota de Empenho e devidamente atestadas pela fiscalização técnica.

7.3. **Pagamento:** 7.3.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após o recebimento definitivo e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada. 7.3.2. Antes de cada pagamento, a Administração verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada (regularidade fiscal e trabalhista).

7.4. **Atualização Monetária:** 7.4.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses. 7.4.2. Utilizar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como índice de correção monetária, por se tratar do índice legal aplicável na ausência de índice setorial ou específico, nos termos do art. 389, parágrafo único, do Código Civil.

7.5. **Retenções Tributárias:** 7.5.1. O Tribunal efetuará as retenções tributárias previstas na legislação vigente (IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP) sobre o valor bruto da nota fiscal, salvo se a empresa comprovar documentalmente a condição de optante pelo Simples Nacional ou isenção legal.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. **Forma de Seleção:** Licitação. 8.2. **Modalidade:** Pregão Eletrônico. 8.3. **Critério de Julgamento:** Menor Preço por Item.

8.4. **Modo de Disputa:** Aberto.

8.5. **Exigências de Habilitação (Habilitação Técnica):** 8.5.1. **Capacidade Técnico-Operacional:** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens pertinentes e compatíveis em características com o objeto da licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado. 8.5.2. **Documentação Específica (Item 1 - DEI):** A licitante vencedora deverá apresentar certificado de homologação ou registro do equipamento nos órgãos competentes (ex: ANATEL, se aplicável às frequências de rádio de auditoria), garantindo a procedência legal do armamento de menor potencial ofensivo.

8.6. **Qualificação Econômico-Financeira:** 8.6.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. 8.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, de forma a comprovar a saúde financeira da empresa para honrar o fornecimento.

8.7. **Participação de Pessoas Físicas:** Não será permitida a participação de pessoas físicas, dado que a natureza dos equipamentos (segurança institucional e armamento eletrochoque) exige estrutura empresarial para suporte técnico, garantia e conformidade com normas de segurança que excedem a capacidade profissional individual.

8.8. **Participação de Cooperativas:** Será admitida a participação de cooperativas, desde que observada a legislação vigente e a compatibilidade do objeto com a finalidade da cooperativa.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 156.355,52 (cento e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)**, conforme o resumo abaixo:

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quant.	Valor Unit. Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Dispositivo Elétrico Incapacitante (DEI)	Unid.	6	14.249,01	85.494,06
2	Cadeira de Resgate	Unid.	4	2.825,33	11.301,32
3	Colete de Brigadista	Unid.	150	119,01	17.851,50
4	Capacete de Brigadista	Unid.	150	66,86	10.029,00
5	Raquete Detectora de Metais	Unid.	8	303,58	2.428,64
6	Fechadura Digital Biométrica	Unid.	25	1.170,04	29.251,00
TOTAL					156.355,52

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa correrá à conta de dotação orçamentária própria do exercício de 2026, vinculada à Assessoria de Segurança Institucional e Inteligência (ASESI).

- **Programa de Trabalho:** PCA 2026
- **Elemento de Despesa:** 44.90.52 (Equipamentos e Material Permanente)
- **Plano Interno:** ASESÍ

10.2. A unidade demandante atesta que a despesa possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

11.1. Obrigações da Contratante:

a) Proporcionar à CONTRATADA todas as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA; b) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, falhas ou irregularidades verificadas nos equipamentos fornecidos, para que sejam corrigidas ou substituídas; c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através da comissão ou servidor especialmente designado; d) Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma convencionada, após o devido ateste de recebimento definitivo; e) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota

Termo de Referência 2777874 SEI 0004936-60.2026.6.27.8000 / pg. 4

Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA; f) Notificar a contratada sobre qualquer ocorrência de defeito nos equipamentos durante o prazo de garantia.

11.2. Obrigações da Contratada:

a) Efetuar a entrega dos equipamentos conforme as especificações, quantidades e prazos constantes neste Termo de Referência, acompanhados das respectivas notas fiscais e manuais; b) Manter atualizados seus endereços de e-mail e telefone junto à gestão/fiscalização contratual para agilidade nas comunicações; c) Responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes do transporte, carga e descarga dos equipamentos no local indicado; d) Garantir a confidencialidade de dados e informações obtidos em razão da instalação das **Fechaduras Biométricas**, em estrito cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); e) Providenciar a substituição de itens com defeitos de fabricação no prazo estabelecido, sem qualquer custo adicional para o Tribunal; f) Fornecer, junto com os **Dispositivos Elétricos Incapacitantes (DEI)**, as certificações técnicas e autorizações necessárias para o trânsito e posse desses equipamentos até a entrega; g) Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. h) como também: Fornecer assistência técnica durante todo o período de garantia; Substituir ou reparar, sem ônus, itens com defeitos; Apresentar documentação comprobatória de qualidade (laudos/certificações); **Descarte de materiais não conformes:** Caso itens reprovados não sejam retirados ou substituídos em até **30 (trinta) dias corridos**, a Administração poderá adotar o descarte adequado sem prejuízo de sanções.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que: a) der causa à inexecução parcial do contrato; b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; c) der causa à inexecução total do contrato; d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; f) praticar ato fraudulento na execução do contrato; g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas serão aplicadas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, em caso de inexecuções parciais de baixo potencial lesivo, assim entendidas como aquelas que não comprometam a execução do objeto.

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** com a União pelo prazo de até 3 anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar com a Administração Pública, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 12.1, bem como pela prática de condutas sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar (subitem 12.2.2) que, pela extensão dos danos, justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. **Moratória de 0,5% (meio por cento)** sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso injustificado no cumprimento das obrigações e prazos contratuais, até o limite de 30 (trinta) dias. 12.2.4.1.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a converter a multa moratória em compensatória e promover a extinção do contrato por descumprimento, conforme inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.2.4.2. **Compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato (ou da nota de empenho), nos descumprimentos e inexecuções parciais que comprometam a execução do objeto. São exemplos de condutas típicas:

- Entrega de equipamentos (DEI, Raquetes, Fechaduras) com especificações diversas das exigidas;
- Entrega de itens sem os devidos certificados de garantia ou manuais;
- Descumprimento das normas de segurança no transporte de itens controlados.

12.2.4.3. **Compensatória de 20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto. Constituem hipóteses de inexecução total:

- A não entrega dos equipamentos após o prazo de 30 dias de atraso injustificado;
- A recusa injustificada em substituir itens defeituosos no prazo legal.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Antes da aplicação de qualquer sanção será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

13. RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

13.1. Este Termo de Referência foi elaborado pelos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designados para atuar no processo de aquisição de equipamentos de segurança institucional:

Responsável Técnico (Demandante/ASIPO): Nome: Marcelo Henrique de Amorim Mendonça Matrícula: 30990361



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO HENRIQUE DE AMORIM MENDONÇA, Técnico Judiciário**, em 26/05/2026, às 15:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2777874** e o código CRC **88874B26**.

0004936-60.2026.6.27.8000	2777874v2
---------------------------	-----------